Lukács e as funções da consciência na reprodução social

Gilmaisa Macedo da Costa

Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Lukács e as funções da consciência na reprodução social

Resumo: Este artigo trata das funções da consciência na reprodução social segundo a visão do filósofo húngaro Georg Lukács. Ressalta a função inovadora da consciência para a constituição do ser social a partir do trabalho e sua decisiva atuação no complexo da reprodução social como depositária da continuidade dos processos sociais.

Palavras chaves: Trabalho; Consciência; Classe social.

Lukacs and the functions of consciousness in the social reproduction

Abstract: This article deals with the functions of consciousness in the social reproduction according to the vision of the Hungarian philosopher Georg Lukács. It emphasizes the innovative function of consciousness for the constitution of the social being, based on labor, and its decisive role in the social reproduction as the trustee of continuity within the social processes.

Keywords: Labor; Consciousness; Social class

Com esta exposição propomo-nos a identificar as funções da consciência na reprodução social, presentes no pensamento do filósofo húngaro Georg Lukács. Na análise deste tema tomamos basicamente formulações do autor em *Para a ontologia do ser social,* com a convicção de que, a pesquisa desta obra não só permite afirmar tal como foi visto por José Paulo Netto "a sua compreensão da *natureza ontológica* da teoria marxiana" (NETTO, 1996, p. 11), mas contém ainda uma ontologia do ser social na esteira da sua melhor tradição. Em relação ao problema da consciência, Ricardo Antunes reconhece que, pós Marx, "o esforço intelectual de Lukács é um dos mais férteis no interior do marxismo a buscar a verdadeira compreensão das complexas relações e determinações existentes entre objetividade e subjetividade, entre materialidade e consciência de classe" (ANTUNES, 1996, p. 97). Apoiada na perspectiva da apreensão do ser social como totalidade concreta e dinâmica, essa *Ontologia* ressalta o papel decisivo do trabalho na constituição do ser social como complexo de complexos, além de delimitar o lugar ontológico de outros complexos vitais no processo de reprodução social, conforme veremos em relação ao problema da consciência humana.

O trabalho ocupa na *Ontologia* um lugar central, ele constitui o ato fundante da vida social por ser a categoria portadora de uma ação consciente, mediante a qual o homem age sobre a natureza transformando a objetividade material em objetividade social. Este

processo de objetivação, no qual o homem converte a realidade existente no mundo natural em realidade somente existente no mundo dos homens, dá início ao processo de reprodução social, responsável pelo desenvolvimento de uma nova esfera do ser, essencialmente distinta do mundo natural, por ter sua base numa ação conscientemente orientada para modificação de uma determinada realidade.

Em qualquer tempo, o trabalho expressa sempre uma atividade sobre a materialidade natural ou sobre as consequências do próprio trabalho. É uma posição teleológica primária que supõe um projeto previamente idealizado na consciência do sujeito com a finalidade de transformar um objeto material em objeto social que, como tal, adquire um determinado valor. Por meio deste ato singular o homem realiza a síntese entre prévia ideação (teleologia) e realidade natural (causalidade), dando origem a uma causalidade posta (ser social). Neste sentido originário e preciso, o trabalho é uma posição teleológica primária por meio da qual o homem age sobre fenômenos naturais concretos ou utiliza as legalidades naturais disponíveis, com a finalidade de produzir valores de uso. Trata-se do trabalho no sentido de eterna necessidade humana presente em toda forma de sociedade, pelo menos até hoje, sobre o qual Lukács comenta: "Com razão, diz Marx: 'o trabalho como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens'" (Lukács, 1981, p. 14).

No processo de objetivação do trabalho, o homem processa a criação de um novo objeto e, ao mesmo tempo, se reconhece como sujeito frente ao objeto por ele criado. Neste sentido, pelo trabalho o homem não só cria um novo ser, mas cria-se a si mesmo como ente humano genérico, produz materialmente a sociedade ao

mesmo tempo em que se constrói como indivíduo humano-social. O homem supera a animalidade, afasta-se evolutivamente da reprodução puramente biológica mediante a atividade do trabalho, que contém, em germe, os atos de consciência capazes de elaborar respostas ao ambiente natural, assegurando a sobrevivência da espécie humana como gênero não-mais-mudo. Nestes atos imperam leis de desenvolvimento histórico em nada iguais às leis do desenvolvimento presentes nos processos típicos da natureza.

Em face dessa distinção fundamental entre a legalidade interna da objetividade natural e do mundo dos homens, fica delineado em Lukács um contraponto fundamental ao pensamento kantiano e ao neopositivismo, tendo em vista a afirmação da precedência do ser em relação ao conhecer, ou seja, o real tem existência concreta e independente do conhecimento que o sujeito tenha dele, enquanto o conhecimento é um momento da práxis humana em sua totalidade histórico-concreta que se delineia a partir de exigências da práxis. Resulta também daí a impossibilidade do ser social e do seu conhecimento reger-se pela completa identidade entre as leis que regem os objetos naturais e aquelas que regem os objetos sociais, a exemplo de postulações positivistas e suas derivações de que o social, a física, a biologia ou a fisiologia obedecem a idênticas legalidades.

Essa diferenciação entre o social e o natural se põe justamente a partir do trabalho como ato de criação especificamente humano. Pelo caráter criador como ato de superação do imediato e pelas exigências impostas neste ato de criação, o trabalho impulsiona sempre para além de si mesmo, desenvolvendo nos homens novas capacidades, novas habilidades e novas necessidades. Por sua vez, os objetos criados através do trabalho conservam os conhecimentos básicos utilizados na sua criação, capazes de assegurar que objetos mais simples sejam tornados cada vez mais avançados e complexos, promovendo tanto o impulso à evolução do conhecimento

a partir do trabalho, quanto ao desenvolvimento dos meios necessários à reprodução social. Pois, como o trabalho somente existe no interior de uma sociedade, a nova situação resultante de um ato de objetivação possui sempre uma dimensão social.

Com a criação de algo antes inexistente, não apenas o indivíduo se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se encontra frente a um novo objeto, significando a abertura de novas possibilidades para seu desenvolvimento. Tanto indivíduo quanto sociedade, dotados ambos de estatuto ontológico, evoluem através dos objetos socialmente construídos pelos indivíduos, visto que os objetos são produzidos com base naquilo que foi produzido anteriormente por outros homens, são parte da história passada, da sociedade na qual os indivíduos vivem e agem, enfim, da história humana. Em outros termos, como afirma Sérgio Lessa em discussão de outro tema, "a gênese e o desenvolvimento da essência humana é um processo histórico mediado pela objetivação de infinitos atos individuais" (Lessa, 1996, p. 69). Em sua base está o trabalho, que torna as relações entre o homem e a natureza cada vez mediadas por categorias sociais crescentemente mais complexas. Nisto reside o caráter central e decisivo do trabalho no mundo dos homens.

Entretanto, convém ressaltar a afirmação fundamental de que "o trabalho, de fato, enquanto categoria que se explicita no ser social, só pode alcançar a sua verdadeira e adequada existência num complexo que se mova e se reproduza processualmente" (Lukács, 1981, p. 135), e essa reprodução tem um caráter essencialmente distinto da reprodução na esfera natural. O trabalho, ainda que em sua forma mais primitiva, cria continuamente novidades objetivas e subjetivas; dele surgem, para o ser social, condições reprodutivas completamente diversas daquelas naturalmente existentes. Neste novo complexo a consciência desempenha funções, que passaremos a examinar em seguida.

Trabalho e consciência

A preocupação em tornar preciso o caráter distintivo entre os traços essenciais do ser social frente ao ser natural se faz frequentemente presente em *Para a ontologia do ser social*. Isso está ligado à preocupação de Lukács em relação a um ponto metodológico decisivo do marxismo, que se refere a entender que "todas as formas complexas do ser social nascem objetivamente da força primitiva de sua gênese ontológica" (*Idem*, p. 380). Lukács confere à consciência um lugar privilegiado nesse processo que se desdobra com o trabalho. É com este último que nascem conexões, processos, objetividades que, tanto do ponto de vista subjetivo quanto objetivo, significa algo qualitativamente novo frente aos processos naturais, na medida em que as leis da natureza são realizadas mediante novas combinações. Para Lukács:

> Isto significa que na sociedade as inter-relações entre organismo e ambiente se enriquecem e se transformam pela inserção de outro elemento, a consciência, a qual adquire a função de aproveitar mais satisfatoriamente as reações nascidas do estímulo imediato, mediando-as. Esta inserção transforma por isso a relação imediata entre as necessidades do organismo e os meios para satisfazê-las em uma relação mediatizada (*Idem*, p. 382).

A consciência é um elemento novo que, inserido no processo de trabalho, transforma as relações entre organismo e ambiente e as torna mais ricas, tendo a função de mediar necessidades orgânicas e os meios para sua satisfação. Com a inserção da consciência no mundo orgânico, essa relação se faz, portanto, mediatizada. Tal mudança essencial implica que a satisfação de qualquer necessidade é mediada por meios conscientemente criados pelo homem

trabalhador. Mesmo o ato de aproveitar, por exemplo, o fogo, para cozer um alimento em resposta às necessidades da fome, ainda que de forma bem primitiva, significa que a consciência exerce um papel na sua realização ao se apropriar das propriedades naturais do fogo e do próprio alimento e combiná-las em novas formas e relações adequadas para essa função. Esse ato deve ser precedido de uma pergunta para a qual são elaboradas respostas na sua realização. Põe-se, assim, já na observação de um fenômeno primordial a afirmação de Lukács quando define o homem como um ser que responde. Muito diferente ocorre com os animais, entre os quais a resposta à satisfação de uma necessidade vem precedida por experiências fixadas no instinto. Assim, afirma:

> A novidade ontológica de tal intervenção na gênese do ser social, portanto, é que na consciência do homem surge uma imagem que corresponde à realidade objetiva, e é somente a análise atenta desta imagem e a sua aplicação sempre mais diferenciada à realidade, que tornam possível a práxis material, a realização das posições teleológicas. Esta imagem, este reflexo da realidade na consciência dos homens, atinge por isso uma autonomia imediata na consciência, que está adiante como objeto próprio e específico e é só por isto que se tornam possíveis tais análises irrenunciáveis e o contínuo confronto entre os resultados destas e a realidade mesma. A posição teleológica demanda, por isso, uma determinada distância da consciência em relação à realidade, isto é, demanda que a relação do homem (da consciência) com a realidade seja colocada como relação sujeito-objeto (*Idem*, p. 386).

Somente o homem, sem jamais perder a determinação biológica da sua vida, produz e desenvolve condições para sua própria interação com o ambiente, edificando uma nova forma de ser, a sociedade, cujos momentos dinâmicos são a ferramenta e o processo de trabalho, a palavra e a proposição. Esse complexo processual e unitário, por ele criado, para que possa se realizar tem todos os seus momentos objetivados no pensamento e assim tornados autônomos. Nesse processo a consciência elabora análises e sínteses das quais resulta uma nova posição teleológica que deverá servir de base para repetir, modificar ou mesmo plasmar por completo a posição teleológica que a precedeu. Assim: "Análises e sínteses são por isso produtos da consciência e não momentos reais daquele processo real, sobre o qual a posição teleológica procura influir de várias maneiras" (*Idem*, p. 391). A posição teleológica só pode tornar-se uma realidade do ser social quando consegue capturar adequadamente os momentos essenciais daquele ser que se propõe a transformar. Um objeto da natureza que não foi adequadamente trabalhado não se torna um elemento ativo da produção e, portanto, não pode fazer parte do ser social; trata-se de dispêndio de energia desperdiçada sendo avaliado como resultado negativo, como insucesso.

Por isso mesmo Lukács diz: "Aqui vem à luz uma nova categoria – categoria no sentido marxiano de 'forma de ser, determinação da existência' – do ser social" (*Idem*, p. 391), que pode influir decisivamente na práxis humana, trata-se do valor: "O valor não surge da posição de valor, mas sim a partir da realidade objetiva, a partir da função objetiva vital do valor enquanto índice do trabalho bem-sucedido, que desenvolve as reações avaliativas subjetivas em relação à sua bem-sucedida ou mal-sucedida realização, em relação ao processo que produz o sucesso ou o insucesso" (*Idem*, p. 392). O ser natural não conhece valor objetivo, somente no trabalho este aparece autonomizado em relação ao processo de

reprodução biológica; cabe à consciência avaliar erros e acertos e elaborar sínteses básicas para organizar novas proposições, "pois a experiência de um modo concreto de fabricação de um objeto, uma vez generalizadas as suas bases e concretizadas novamente as abstrações assim obtidas, pode-se tornar eficaz e profunda em campos absolutamente novos" (*Idem*, p. 393).

A autonomia da imagem da realidade na consciência não significa autonomia da própria consciência e de sua intenção; esta terá de estar submetida ao ser-em-si do objeto, das suas leis, das suas determinações mais simples, livre de conceitos pré-estabelecidos sobre o objeto. Só por esse meio poderá conhecê-lo e descobrir os meios adequados para transformá-lo, reorganizando-o em novas relações. Neste sentido há uma inegável prioridade do objeto sobre o sujeito da práxis, e somente o conhecimento o mais aproximado possível do seu ser-em-si permite a reprodução correta, no pensamento, do caminho mais adequado ao sucesso da realização previamente estabelecida na consciência do sujeito agente.

Do ponto de vista da subjetividade, na gênese do complexo processo sujeito-objeto no trabalho, tal fenômeno não se trata de simples contemplação, nem de pura captação passiva do objeto por parte da consciência. O sujeito tem um papel ativo; sem a posição do sujeito não se torna viável seja a percepção, seja a reprodução da imagem na consciência, seja o conhecimento prático e relevante sobre a objetividade material. Pois a posição teleológica dirigida à ação de transformar o mundo objetivo elabora a seleção no âmbito da infinitude extensiva dos objetos e processos naturais, que torna possível confrontar as possibilidades reais de um comportamento prático no sentido de transformar o ser objetivo. Por esse meio o homem age praticamente na vida cotidiana e também no campo do conhecimento mais elaborado.

Entretanto, se o objeto tem prioridade no que concerne às possibilidades de conhecimento por parte do sujeito, o sujeito, por sua

vez, age no sentido de perceber, elaborar análises e sínteses, reproduzindo a imagem do objeto na consciência e, enfim, tornando-se sujeito do conhecimento, sem o qual não há transformação possível da objetividade. Como se pode observar, todas essas considerações referentes à relação sujeito-objeto remetem ao importante papel da consciência na transformação do homem em ente humano-genérico. Do ponto de vista ontológico da práxis, o ato cognitivo, a reprodução na consciência resulta de uma interação sujeito-objeto na qual por parte do objeto se impõe o correto conhecimento do seu ser-em-si e ao sujeito compete uma iniciativa, um papel ativo tanto na fixação quanto na seleção e classificação da reprodução da imagem na consciência. Se o papel ativo da consciência na posição teleológica é uma novidade, há que se ressaltar sempre uma outra novidade no esclarecimento desse processo, tendo em vista que,

> o novo está sobretudo no fato de que a imagem produzida pelo sujeito cuja fidelidade é desejada, mas que não é 'fotográfica' sob qualquer ponto de vista, adquire sua autonomia no processo vital desse mesmo sujeito. A imagem do objeto fixa-se no homem como objeto da consciência, que de um lado pode também ser levada em consideração, como frequentemente acontece, separada do local da realidade objetiva que a suscitou; de outro lado, está numa relação de forte autonomia com a própria consciência. Trata-se de um objeto para a consciência que analisa a aplicabilidade a casos imediatamente diversos e cuja correção submete a contínuas provas, à completude e à utilidade, etc. E sob a base desses repetidos exames da imagem será depois decidido se as posições teleológicas futuras serão simples repetições daquelas já efetuadas, ou baseando-se na práxis sucessiva será uma posição

> teleológica mais ou menos modificada ou até totalmente reestruturada (*Idem*, p. 396).

O comportamento especificamente humano frente ao mundo exterior no qual se efetiva uma relação sujeito-objeto pode ser compreendido em sua peculiaridade, segundo Lukács, "quando for clara a real estrutura e dinâmica deste duplicar-se do mundo dos objetos, a sua divisão em objetos reais e imagens para a consciência" (*Idem*, p. 396). O objeto somente pode revelar-se ao sujeito e tornar-se operante no processo mediante o autonomizar-se da imagem na consciência, a partir do qual o pensamento elabora análises e sínteses. Assim, "o autonomizar-se da imagem é o pressuposto para que a consciência possa captar o objeto na sua diferenciada identidade, existente-em-si, consigo mesmo" (*Idem*, p. 397). Para Lukács:

> A teoria dialética do reflexo é uma ontologia da gênese e ao mesmo tempo do aperfeiçoamento: essa põe luz na dinâmica que opera na inter-relação entre sujeito e objeto da práxis, na qual vêm de fato conhecidos e praticamente colocados em movimento aqueles momentos da infinidade extensiva e intensiva, que levam à realização de posições teleológicas sempre mais adequadas à consciência (*Idem*, p. 394).

Trata-se efetivamente de uma relação na qual o homem se põe frente ao objeto, fixa sua imagem na consciência e essa imagem pode ser conduzida para outros lugares mediante nomes e conceitos elaborados no pensamento, porque desse processo resultam abstrações fixadas na consciência. O desenvolvimento e o aperfeiçoamento do trabalho somente se viabilizam porque as posições teleológicas dispõem cada vez mais de um elenco desses meios com

relação à realidade objetiva. Até mesmo a mais primitiva e pouco habilidosa posição teleológica do trabalho já provoca um processo que em sua dinâmica evolutiva é ilimitado, desde que a sociedade por ela criada não ofereça estruturalmente uma insuperável resistência à criação do novo. Resulta, assim, que uma posição teleológica provoca sempre outras posições teleológicas e deste processo surgem totalidades complexas; estas fazem com que a relação entre o homem e a natureza se torne sempre mais realizada em termos exclusivamente sociais. O permanente reproduzir-se do trabalho e da divisão do trabalho, em sua complexificação, tende a obscurecer que determinadas mudanças na atividade humana, em suas relações, têm origem ontológica na troca orgânica da sociedade com a natureza. Por outro lado, no curso dos processos que aí se desdobram, o próprio homem se transforma. Lukács chama a atenção para como a interpretação de tais processos desconsiderou a dialética entre "vontade consciente e o quanto nos homens é produzido espontaneamente pelo desenvolvimento" (*Idem*, p. 181). Para ele não se trata nem de atribuir ao sujeito um papel autônomo, nem de atribuir um misterioso poder mecânico ao ambiente. É a troca orgânica com a natureza que põe alternativas às quais o homem deve responder com decisões alternativas ativas. No curso da execução prática dessas posições teleológicas atualizam-se possibilidades e,

> como, em seguida, as alternativas postas e desenvolvidas corretamente, – corretamente no sentido que correspondem 'a exigência do dia' – são fixadas socialmente, são engastadas na reprodução social dos homens, elas, deste modo, se tornam partes integrantes do *continuum* da reprodução social dos indivíduos e da sociedade e se consolidam como, de um lado, crescimento da capacidade vital da sociedade no seu todo e, de outro, difu-

> são e aprofundamento das faculdades individuais dos homens singulares (*Idem*, p. 181-182).

Mediante essas reflexões, Lukács expressa a dialética interna do processo de reprodução social do homem, mostrando como a troca orgânica com a natureza põe problemas a resolver e, sob pena de destruição, o homem elabora respostas sociais. A partir desse intrincado complexo de interações têm lugar a sociabilidade e a individuação, que se configuram no contínuo desenvolvimento humano genérico.

Consciência, continuidade e gênero humano

A continuidade, na visão de Lukács, é uma determinação ontológica universal. Todo ser, seja mineral, orgânico ou social, é dotado de continuidade, significando, portanto, que todo ser é histórico. No ser social, contudo, não se trata de uma continuidade muda, como na natureza. O em-si mudo da generalidade da natureza se transforma no para-si não mais mudo do ser social. Nesse processo a consciência desempenha um papel fundamental. A consciência, assim compreendida, é um fato ontológico, um "momento real do desenvolvimento social" (*Idem*, p. 184). Ao mesmo tempo, na relação entre o processo geral e sua continuidade na consciência, esta última deve ser compreendida como algo gradual, processual e continuo, ela não se põe em sua inteireza desde o início. É "um processo cuja continuidade guia e dirige as formas e os conteúdos da consciência, que, todavia, sem essa transposição na consciência, não teriam podido se realizar por aquilo que eles são na sua essência" (*Idem*, p. 184). Desse modo, a consciência só pode ser processual e manter-se em constante aperfeiçoamento.

A função mais decisiva da consciência é desenvolver-se preservando a continuidade do processo. Para isso tem de conservar

em si, como base do que ainda está para acontecer, tudo quanto já tenha sido alcançado. Assim: "como plataforma do nível superior; o nível a cada vez alcançado deve ser sempre elevado à consciência, mas em termos tais que, ao mesmo tempo, permaneça aberta a possibilidade de não bloquear, por aí, a continuidade em direção ao futuro" (*Idem*, p. 184). A consciência é órgão da continuidade e como tal expressa sempre um determinado estádio do desenvolvimento do ser, portanto, seus limites são os limites do próprio momento em que o ser se encontra e assim se objetiva somente em consonância com as determinações do próprio estádio de desenvolvimento. Entretanto, diz Lukács, "já que esta atualidade, esta ligação da consciência com a atualidade, coloca em junção o passado com o futuro, também os seus limites, a sua incompletude, a sua estreiteza, etc. são inevitáveis momentos impulsionadores daquela nova continuidade que surge no ser social" (*Idem*, p. 184).

Para que a consciência possa realizar sua função na continuidade do processo social, que consiste em refletir o presente para adotar posições práticas frente às alternativas existentes, articulando o passado e tarefas ainda desconhecidas que deverão ser postas pelo futuro, esta deve "possuir a intenção espontânea de realizar o melhor para a reprodução da vida individual a que pertence, e cujo incremento é sua tarefa vital direta" (*Idem*, p. 185). Portanto, adquire relevo a vida cotidiana e aquilo que nela os homens realizam todos os dias, visto que no cotidiano existe a ligação direta entre teoria e práxis. Assim, no âmbito da consciência subjetiva, "a continuidade imediata das condições de reprodução de cada vida individual representa o momento que determina o interesse pela realidade, a seleção das coisas que nela se quer mantidas, etc." (*Idem*, p. 185). Por outro lado, os atos práticos dos homens, do ponto de vista objetivo, reentram, majoritariamente, na esfera da generidade. Desse modo, tanto no processo objetivo do cotidiano quanto nas expressões da consciência diária existe uma íntima associação

do particular-individual com o social-genérico. E assim, as sínteses desses atos singulares formam tendências, correntes sociais, nas quais os momentos sociais adquirem superioridade, transferindo para segundo plano os aspectos particulares. Essas tendências se mostram aos indivíduos, na vida cotidiana, como forças sociais e nestes indivíduos, independentemente de que a sua reação seja de aprovação ou de negação frente a tais tendências, reforçam o momento social-genérico. A continuidade do social se exprime nas somas e sínteses desses atos singulares em correntes ou tendências sociais que constituem a memória da sociedade; esta "conserva o adquirido do passado e do presente fazendo deles os veículos, as premissas, os pontos de apoio para o desenvolvimento futuro" (*Idem*, p. 186).

No quadro aqui delineado, a consciência "tem uma função dinâmica específica, ontológica, na qual se manifesta com clareza a peculiaridade do ser social em relação a todas as outras esferas do ser: no momento em que a consciência surge como *médium*, como portadora e depositária da continuidade, esta se alça a um ser para-si que não existe nas outras esferas" (*Idem*, p. 186). Esta função ativa da consciência na continuidade do ser social é muito relevante, pois não se trata meramente de registrar aquilo que objetivamente surge e desaparece em tais processos. A consciência retroage sobre a continuidade, provocando mudanças qualitativas, visto que conservando os fatos na memória social acaba por influenciar os eventos sucessivos, de modo que a legalidade objetiva do processo, sem que isso signifique a sua supressão, passe por mudanças significativas, pois

> as premissas objetivamente produzidas e objetivamente operantes de todo progresso posterior se acrescentam às experiências do passado conservadas na consciência que, após serem por ela elaboradas, são usadas

> praticamente na nova situação. A continuidade fixada na consciência é, portanto, mais matizada, mais rica em determinações etc., do que seria sem este componente (*Idem*, p. 186).

A reprodução social do gênero humano, a conservação de sua continuidade implica a contínua mudança de seus momentos subjetivos e objetivos. Sua realização impõe que essas mudanças sejam fixadas na consciência, tanto no sentido de conservá-las quanto no de desenvolvê-las, pois esses momentos integram-se contraditoriamente no processo reprodutivo. Conforme ocorre frequentemente na história, a tendência conservadora adquire uma dupla função: primeiramente tende a fixar, em definitivo, aquilo que foi adquirido, mas sua função principal consiste em transformar as aquisições do passado em meios para resolver novos problemas postos pela sociedade, assegurando seu posterior desenvolvimento. O desenvolvimento econômico objetivo é responsável pelo fato de que os integrantes da sociedade se encontrem diante de novas decisões alternativas, do mesmo modo que limita o horizonte desses mesmos homens ao ponto já alcançado. Desse modo, não se trata de um aspecto circunscrito ao plano da consciência, mas de situações objetivas postas por condições objetivas. Assim sendo, diz Lukács:

> A função da consciência neste processo é, acima de tudo, ser capaz de desenvolver ambas as tarefas; porém, ainda uma vez, não se deve pensar em uma sua adequação mecânica à organização social dada. Como as alternativas, na imediaticidade, se coagulam em decisões na consciência, esta estrutura, quaisquer que sejam as motivações em definitivo determinantes, não pode senão ser reencontrada também na função social conservadora: a consciência segundo os casos pode ou agir em sentido

> conservador, permanecendo atrasada em relação a tudo que se torna socialmente necessário e freando o progresso, ou promover em sentido revolucionário novos passos adiante para cuja atuação material a sociedade não esteja ainda madura (*Idem*, p. 191).

Esses momentos do desenvolvimento histórico-social compreendem o modo de proceder da transformação do homem de mero gênero humano em-si para gênero humano para-si. Conforme o autor afirma:

> Sabemos, de fato, que o verdadeiro ser-para-si do gênero humano, a superação total do seu mutismo, não é ainda uma realidade. Por outra parte, é igualmente certo que o simples ato do trabalho significa que o homem põe a si mesmo, se torna homem e que, portanto, se realizou o salto para além do gênero mudo da animalidade. A junção entre o início e o fim constitui a história mundial da humanidade, a plena explicitação do ser-para-si do gênero humano. Ser-para-si, este, que só pode se realizar em termos adequados a si mesmo, de forma consciente: o gênero humano não mais mudo deve, enquanto tal, estar presente também na consciência dos homens (*Idem*, p. 183).

O homem passa a existir como gênero humano em-si quando se destaca objetivamente dos primatas, porém este gênero, em sua totalidade biológica objetiva é ainda tão mudo quanto aquele do qual surgiu. Esse mutismo começa a se desfazer apenas "quando, em seguida aos resultados objetivos e subjetivos da posição teleológica no trabalho, na divisão do trabalho, etc. as bases da reprodução filogenética cessam de ser somente biológicas, quando

vêm recobertas, modificadas, transformadas, etc. por determinações sociais que vão se tornando cada vez mais nítidas, cada vez mais dominantes" (*Idem*, p. 174). A superação autêntica do em-si somente se efetiva se o gênero não é mais mudo também no seu ser-para-si e isso é algo que somente pode ocorrer quando amplas comunidades humanas se tornam, para os indivíduos que as formam, uma encarnação não mais muda do gênero. Lukács afirma:

> Que o gênero humano, como sustenta Marx contra Feuerbach, não é uma categoria muda, abstratamente geral mas, ao contrário, é uma categoria da qual se toma consciência em sociedade, já se revela desde o início pelo fato de que somente as pequenas comunidades autênticas, e mais tarde as nações, sintam a si como partes de um gênero, como realidade da espécie humana, enquanto que aqueles que vivem fora deste âmbito são vistos como excluídos dela. O Gênero humano ascende à ordem do dia, como problema universal que envolve a todos os homens, apenas quando surge e se intensifica o mercado mundial (LUKÁCS, 1981, p. 148-149).

Se, por um lado, esse é um processo objetivo, por outro lado, a superação do mutismo só pode acontecer se houver uma consciência no ser social do em-si que surge no processo de reprodução. Segundo Lukács, "uma consciência que aceite como pertencente ao seu ser – também individual – as encarnações do gênero humano que surgem a cada vez, ou seja, que se reconheça mediante uma posição de valor no valor assim surgido" (*Idem*, p. 175). Assim, na elevação do gênero em-si, objetivamente existente já no trabalho, em gênero humano para-si, o papel da consciência é fundamental na formulação de valor e na receptividade ao valor surgido objetivamente da vida social,

que configura a unidade do gênero humano. Quanto mais se desenvolvem as comunidades humanas, quanto mais intensa se torna a interação entre elas, mais "a consciência pode se avizinhar a pôr, primeiramente só com o pensamento, a humanidade como unidade sociofilogenética do gênero humano" (*Idem*, p. 175).

Para o autor, uma aproximação que vem se realizando no processo histórico tendo o mercado mundial como base real da unidade, em si existente, do gênero humano. Torna-se evidente que entre as sociedades originalmente pequenas e autônomas o desenvolvimento econômico cria ligações qualitativas e quantitativas. Porém, o mercado produz, necessariamente, o que diz respeito apenas ao seu ser-em-si, a elevação do gênero humano a ser-para-si somente pode se realizar mediante atos conscientes dos próprios homens. Neste campo o processo comporta um desenvolvimento desigual e contraditório que se expressa em duplo sentido:

> por um lado , tem-se certamente por norma, e é determinante para a práxis social, a valoração positiva da forma realmente assumida pela integração ao em-si do gênero humano; mas é possível que indivíduos singulares, antecipando com o pensamento a tendência da história, exprimam um entendimento que vá em direção ao ser-para-si unitário do gênero humano e, frequentemente, não sem uma notável inclinação social. Por outro lado, pelo contrário, e também disto já falamos, se verifica um movimento defensivo contra este progresso, se combate o amanhã em nome do hoje. Ambos esses movimentos, que na história assumem as formas mais disparatadas, implicam uma aprovação ou negação de valores, significam conflitos objetivos entre valores objetivos; ambos surgem necessariamen-

> te do terreno criado pelo respectivo desenvolvimento econômico-social (*Idem*, p. 175).

Significa que o desenvolvimento do em-si ao para-si não se constitui numa evolução linear e, muito menos, que o desenvolvimento no plano objetivo encontre seu equivalente exatamente igual no desenvolvimento dos indivíduos. Trata-se de uma evolução desigual e permeada por conflitos e contradições e ainda por alienações. Em linhas gerais, a reprodução implica mudanças internas e externas do ser social nos planos individual e geral. Em tal dinâmica, a sociabilidade comporta uma tendência ao surgimento da humanidade como gênero não-mais-mudo que se expressa em orientações evolutivas realizadas de modo frequentemente desigual e independente da vontade e do saber contidos nas posições teleológicas individuais. Evidência dessa evolução, afirma Lukács, encontra-se na tendência à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução dos homens. Também se torna perceptível que o processo de reprodução tornou-se cada vez mais nitidamente social, mostrando o quanto, mediante recuo das barreiras naturais, o papel dos elementos puramente naturais vem sendo constantemente diminuído em relação aos momentos sociais. Além disso, um dos seus fatos fundamentais "é a integração econômica da humanidade sob a forma de mercado mundial que cria uma ligação efetiva, muito mediada, mas inegável para a própria consciência individual, entre todos os homens nos quais se encarna a humanidade" (*Idem*, p. 174). É o processo que expressa o gênero humano a caminho de sua realização, devido ao seu caráter eminentemente social. O autor enfatiza:

> O predomínio econômico do mercado mundial, que hoje se afirma cada vez mais fortemente, mostra que a humanidade já se unificou, pelo menos no sentido

> econômico geral. É verdade que tal unificação existe apenas como ser e ativação de princípios econômicos reais de unidade. Ela se realiza concretamente num mundo onde essa integração abre para a vida dos homens e dos povos os mais graves e ásperos conflitos (por exemplo: a questão dos negros nos Estados Unidos) (Lukács, 1978, p. 13).

Pelo exposto fica claro que o ser-para-si do gênero humano, a superação total do seu mutismo, não constitui ainda uma realidade. O autor afirma que: "Só quando o trabalho for efetiva e completamente dominado pela humanidade, e portanto, só quando ele tiver em si a possibilidade de ser 'não apenas meio de vida', mas 'o primeiro carecimento da vida', só quando a humanidade tiver superado qualquer caráter coercitivo em sua própria autoprodução, só então terá sido aberto o caminho social da atividade humana como fim autônomo" (*Idem*, p. 16). Sua realização exige a ação consciente dos homens na direção de sua plena explicitação. A atividade do pensamento, como momento incontestável do processo de posição do valor, não deve ser atenuada frente à realidade existente; configura-se como momento da consciência que, ao se apoderar das contradições geradas na vida social, expressa valores que podem conduzir processos no sentido da elevação ao ser social desenvolvido, no qual o ser homem não signifique mera generalização, mas sua voz cada vez mais articulada alcance a síntese ontológico-social do gênero humano consciente de si.

Consciência e classe social

Na abordagem do intrincado problema da relação entre consciência e classe social, a reflexão de Lukács se faz em torno da relação entre as determinações de fato econômicas do problema

e o papel que a consciência joga nesse processo. Inicialmente o autor expõe:

> Ora, posto que as classes constituem complexos sociais singulares economicamente, objetivamente determinados, estes complexos podem existir somente na referência recíproca, como determinações reflexivas, e, além disso, onde a consciência dessa relação reflexiva joga um papel determinado, às vezes determinante. "Por exemplo", diz Marx, "um dado homem é rei somente quando outros homens se comportam como súditos frente a ele. Vice-versa, eles se creem súditos porque ele é rei" (LUKÁCS, 1981, p. 159).

Alerta que apesar do tratamento irônico dado à questão nessa passagem, Marx, em várias outras passagens, deixa claro que considera "a tomada de consciência da situação de classe como uma determinação, se não do ser em-si, certamente do ser para-si da relação de classe" (*Idem*, p. 59). Tanto é, que em *A miséria da filosofia* Marx afirma: "As condições econômicas primeiro transformaram a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou uma situação comum, interesses comuns para esta massa. Desta forma, esta massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda por si mesma" (*apud Idem*, p. 159). O mesmo se repete em *O 18 brumário de Luis Bonaparte,* no qual Marx diz:

> À medida que milhões de famílias vivem em condições econômicas tais que distinguem os seus modos de vida, os seus interesses e a sua cultura daqueles das outras classes e os contrapõe a elas de modo hostil, elas formam uma classe. Mas à medida que, entre os camponeses pequenos proprietários existem ligações

> locais, e a identidade dos seus interesses não cria entre eles uma comunidade, uma união política em escala nacional e uma organização política, não constituem uma classe (*apud Idem*, p. 159).

Uma observação apressada de tais formulações nas quais se explicita o teor político do problema, não deve levar a crer que ser classe poderia equivaler à ideia de ter consciência de tal condição. Lukács atenta para o fato de que as próprias formulações evidenciam que Marx entendia a questão em termos de que a constituição da classe para-si somente se desenvolve das relações concretas de produção e ao mesmo tempo vem associada aos efetivos laços de interesses políticos comuns, criados nas relações internas entre os trabalhadores. Assim, não se deve concluir que ser classe possa ser algo associado à consciência.

Certamente a consciência é capaz de "exercer uma função modificadora objetiva sobre o ser social da classe" (Lukács, 1981, p. 160), a menos que se faça uma clivagem absoluta entre uma base puramente objetiva e uma superestrutura puramente subjetiva, algo impossível se considerarmos a relação dialético-reflexiva admitida por Lukács entre esses dois momentos do real. Entretanto, o problema em termos ontológicos diverge tanto das tendências abstratas do materialismo mecanicista, entendendo que a realidade segue por um caminho independente da consciência dos homens, quanto daquelas tendências idealistas que admitem ser o pensamento dos homens a determinar, transformar o seu ser. Para Lukács, ambas as tendências colocam o problema de forma falsa, porque insuficiente para abranger as conexões internas do ser social em suas legalidades e determinações reflexivas. Em primeiro lugar, uma classe só existe efetivamente na sua relação com a totalidade da formação social da qual faz parte e das outras classes nela existentes. Em segundo lugar,

> o movimento do ser social consiste, em última análise, no co-agir das decisões alternativas singulares realizadas. Todavia, por um lado, estas devem ser decisões reais que direta ou indiretamente se convertem em ações reais; por outro lado, as consequências materiais dessas decisões, tanto nos casos singulares quanto nas sínteses globais, resultam ser completamente diversas daquelas que os indivíduos – ainda que se trate de muitos indivíduos – quiseram (*Idem*, p. 161).

Assim, a consciência do problema, sua formulação ideal por si, mesmo considerando-se sua relevância, sem a realização de ações concretas não põe em movimento o ser social em direção a qualquer alternativa distinta daquela existente. Pois, "o processo global da sociedade é um processo causal, que possui suas próprias normatividades, mas não é jamais objetivamente dirigido para a realização de finalidades" (Lukács, 1978, p. 10), ou seja, o processo em si mesmo não é teleológico. Além do mais, a alternativa resultante do movimento não coincide exatamente com a vontade dos indivíduos que a formularam, visto que "a diferença entre a finalidade e seus efeitos se expressa como preponderância de fato dos elementos e tendências materiais no processo de reprodução da sociedade" (*Idem*, p. 11). Entretanto, não significa que a consciência não exerça alguma força neste campo: "o fator subjetivo, resultante da reação humana a tais tendências de movimento, conserva-se sempre, em muitos campos, como um fator por vezes modificador e, por vezes, até mesmo decisivo" (*Idem*, p. 11). Deste modo, somente a dialética resultante de um movimento efetivamente compreendido como práxis social, no qual as decisões tomadas frente a uma situação concreta sejam, de forma consciente, convertidas em ações reais, pode impulsionar no sentido da criação de uma realidade social assentada em novas bases. Para isso o homem precisa abrir o caminho, o que significa:

"criar as condições materiais necessárias e um campo de possibilidades para o livre emprego de si" (*Idem*, p. 16). Essa criação de um campo de possibilidades para o livre emprego de si só pode resultar da utilização correta e humana daquilo que já foi produzido em meio às contradições e conflitos entre interesses antagônicos e ideologias, quase sempre como falsa consciência, e personalidades que buscam o caminho verdadeiro:

> É a consciência da melhor parte dos homens, daqueles que, no processo da autêntica humanização, colocam-se em condições de dar um passo à frente com relação à maioria de seus contemporâneos; e é essa consciência que, a despeito de todo problema prático, empresta às manifestações desses homens uma tal durabilidade. Expressa-se neles uma comunhão de personalidade e sociedade que mira precisamente essa adequação plenamente explicitada do homem ao gênero (*Idem*, p. 17).

A transformação das individualidades em personalidades não pode ocorrer senão simultaneamente ao desenvolvimento da sociedade pela qual o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, num processo crescentemente mais determinado pelos momentos sociais. Conforme visto por Oldrini, o que "Lukács indica como 'pessoa' é o resultado de uma dialética social que atinge as bases reais da vida do indivíduo e se relaciona com a estrutura econômica, as condições, as relações de classe etc., em resumo, com 'o campo de manobra histórico-social concreto', no interior do qual aquela vida se desenvolve" (Oldrini, 1995, p. 119). Assim sendo, mediante o progresso econômico objetivo, permeado por antinomias e oposições de classe, o homem alcançou certo grau de desenvolvimento como gênero humano a partir do

qual se põe a possibilidade da criação da generidade plena na qual se efetive a unidade entre pessoa e gênero.

Considerações finais

Em síntese, a consciência compreendida em termos ontológicos constitui um momento real do desenvolvimento social que desempenha importantes funções na práxis humana. Com o reflexo do objeto tornado autônomo na consciência, efetiva-se a relação sujeito-objeto operante na troca orgânica da sociedade com a natureza, na qual tem origem o processo de afastamento das barreiras naturais que permite o *continuum* tornar-se homem do homem. A consciência tem uma função dinâmica e específica enquanto meio e depositária da continuidade no ser social. Com a consciência, o ser social se eleva a um ser-para-si não existente nas esferas particulares da natureza, pois a sua função é muito mais relevante que o simples registro daquilo que surge e desaparece nos processos sociais. Cabe à consciência retroagir sobre a continuidade, pois é provocando mudanças qualitativas mediante a conservação dos fatos do passado na memória social, que a consciência influencia continuamente sobre os eventos sucessivos, na medida em que as experiências futuras são acrescidas das experiências do passado, às vezes profundamente modificadas por novas e ricas determinações. Neste sentido, sua função consiste em articular presente, passado e futuro, revelando as possibilidades daquilo que ainda está por vir e que, por obra da ação dos homens, poderá ser realizado.

O desenvolvimento econômico é o momento objetivo que põe os homens frente a novas decisões alternativas ou que impõe os limites para sua conservação. A consciência tanto pode impulsionar na direção de novos passos adiante como no sentido de conservar aquilo que já foi alcançado. Em termos gerais, a constituição de um gênero humano em-si, não mais mudo, vem se desenvolvendo

historicamente na direção do gênero humano para-si, posto na consciência dos homens especificamente a partir da criação de um mercado mundial. Isso não significa que o para-si tenha chegado ao seu alcance, pois, no âmbito de um desenvolvimento desigual, o mercado produz apenas o em-si e o seu impulso é sempre no sentido da reprodução de suas condições essenciais. Além disso, a continuidade da ação humana é passível de recuos e retrocessos, não se trata de uma continuidade que se dirige necessariamente para o avanço da humanização. Cabe aos homens criar posições de valor corretas e suas respectivas ações que, interagindo com as condições objetivas, permitam ao homem um salto de qualidade no sentido do gênero humano para-si. Assim sendo, a consciência exerce função decisiva nesse processo de interação com a vida social.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Notas sobre a consciência de classe. In: ANTUNES, Ricardo e LEÃO REGO, Walquíria Domingues (orgs). *Lukács, um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996, p. 97-103.

LESSA, Sérgio. Para uma ontologia do ser social: um retorno à ontologia medieval? In ANTUNES, Ricardo e LEÃO REGO, Walquíria Domingues (orgs). *Lukács um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996, p. 62-73.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 1978.

LUKÁCS, Georg. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981.

NETTO, José Paulo. Lukács e o marxismo ocidental. In ANTUNES, Ricardo e LEÃO REGO, Walquíria Domingues (orgs). *Lukács um Galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996, p. 7-15.

OLDRINI, Guido. Lukács e o caminho marxista ao conceito de "pessoa". *Práxis*, Belo Horizonte, n. 3, p. 104-122, 1995.